

O quilombo dos psicanalistas

F

ui informado que devo *royalties* a Gustavo Etkin pelo título

que escolhi para esta comunicação ao congresso. Proponho um pequeno escambo para saldar minha dívida: o trabalho destas reflexões em troca do pagamento devido.

Quando meu amigo Estacolchic soube qual seria o título da apresentação, não teve dúvida. “Você vai falar sobre a instituição psicanalítica”, disse. Deduziu isso porque conversávamos em castelhano e para um argentino “quilombo” quer dizer “uma zona” — nos dois sentidos, de bagunça e de lupanar. Se disser, por exemplo, *e/*

congresso nacional es un quilombo, vocês devem entender que nossos parlamentares são acaso um pouco desorganizados, e o fator monetário não está completamente ausente de suas deliberações.

Já para o brasileiro, “quilombo” evoca negros escravos. Escravos negros fugitivos.

Verbetes: quilombo

[Do quimbundo kilombo, 'capital, povoação, união'.]

S. m. Bras.

1. Valhacouto de escravos fugidos. [Cf. mocambo]

2. Folclore. Folguedo, usado no interior de AL durante o Natal, em que dois grupos numerosos, figurando negros fugidos e índios, vestidos a caráter e armados de compridas espadas e terçados, lutam pela posse da rainha Índia, acabando a função pela derrota dos negros, vendidos aos espectadores como escravos; toré, torém.

Quilombo dos Palmares.

1. Quilombo (1) constituído de negros fugidos, os quais, no séc. XVII, se estabeleceram no interior de Alagoas, formando uma república. [também se diz apenas Palmares.]

Eu não tinha a menor intenção de tratar do valhacouto dos psicanalistas, mas talvez no debate possamos aproveitar a idéia de Estacolchic para conversar sobre a instituição psicanalítica concebida como refúgio para marginais. Vamos nos deter, por enquanto, no mocambo dos escravos fugidos.

Há um par de anos me chamou a atenção um fato publicado pelos jornais de São Paulo. Um grupo de negros e uma testemunha branca, após fartarem-se num restaurante de São Paulo, penduraram a conta como reivindicação pelos anos passados em escravidão, sendo devidamente autuados em flagrante pelo estabelecimento lesado. Isto

aconteceu, se não me engano, na data de aniversário da Lei Áurea, ou seja, num 13 de maio. "Com a Lei Áurea, os libertos, homens e mulheres, disseminaram-se pela terra do cativo", escreve Silva Guimarães.

Aquela *happening* não era um gesto isolado, mas o prelúdio de um ato que seria realizado algum tempo depois. A entrega oficial de uma demanda dirigida contra a União. Desconheço os detalhes jurídicos daquela ação, mas lembro tratar-se de um pedido de indenização, calculado em dólares, e cujo fundamento seria o valor que os africanos trazidos para o Brasil pela coroa portuguesa deixaram de receber em salários atrasados, do tempo em que eram escravos até o ano de 1888, de sua libertação. Note-se a operação em dois tempos mediante a qual eles se colocam primeiro fora da lei, para depois apelar a ela na defesa de sua causa. A lei do Estado era sucessivamente recusada e invocada na salvaguarda da, por eles denominada, "consciência negra".

Tive ocasião de conversar com um dos responsáveis pelos acontecimentos, que me consultara para iniciar uma psicanálise. De seu relato pude inferir que o desafio, a provocação, custara muito caro aos organizadores dos eventos. Um fora internado num hospital psiquiátrico; outro falecera num acidente rodoviário; um terceiro se

debatia na UTI entre a vida e a morte, após um malsucedido suicídio. Não me recordo o que aconteceu com os outros, mas tinham de um modo ou outro sido golpeados pelo infortúnio. O intenso desassossego de meu interlocutor durante sua narração, sua angústia, revelava a pergunta que não se atrevera a formular, por medo, quiçá, de tentar o azar. Qual seria o desfecho da aventura para ele?

Como atos políticos, a conta impaga no restaurante e o processo contra o governo, eram performáticos; deviam servir para despertar uma opinião pública adormecida, para a dura realidade de nosso racismo cordial. “Não lhes devemos nada”, parecem dizer, “nos devem”. Pretender, entretanto, que tal ação fosse levada a sério juridicamente me parecia (me parece) um delírio — no sentido próprio, de tentativa de restituição simbólica para um trauma real.

Por que? Porque entre a economia colonial escravagista e as relações de produção capitalistas da república democrática não há continuidade. Existe um hiato. Os proletários negros da República são comensuráveis com os proletários de qualquer outra cor, mas são incomensuráveis com os pretos escravos da monarquia. Entre ambos houve um acontecimento, uma mudança discursiva, que impede qualquer analogia entre eles. Um processo trabalhista retroativo contra uma sociedade pré-capitalista só pode ser uma farsa ou, como disse

antes, um gesto metafórico, sem qualquer pretensão de reconhecimento do pleito em si do ponto de vista jurídico.

Estes negros são cidadãos que padecem o racismo; aqueles eram mercadoria numa sociedade mercantilista. Foucault¹ faz observar, em 1976, que o racismo como ideologia se origina com o Estado moderno. Mais precisamente, com o surgimento de um discurso que articula o mecanismo de poder desse Estado nacional a operações de segregação, isto é, de hierarquização política das diferenças —étnicas, lingüísticas, econômicas, de força, de saber, de gênero.

Embora existisse desde antes, desde o século XVII —que também é o do advento da ciência—, a noção de raça muda de sentido com a ascensão da burguesia. Até então tratava-se de etnias, povos que se definiam por uma língua e uma cultura comuns. Já no século XIX a noção adquire um sentido biológico, conotado pelo evolucionismo e pelas teorias da degenerescência dos fisiólogos. A teoria das raças, da qual decorre a noção de raça inferior, é uma doutrina, uma ideologia, perfeitamente datada. A palavra “racismo”, por exemplo, foi cunhada por Gobineau no *Essai sur l'inégalité des races humaines*, em 1855.

¹ FOUCAULT, M. “Defender la sociedad” in *Genealogía del racismo*. Buenos Aires: Atacama, 1990. Trad. Alfredo Tzeveibel.

Enquanto a aristocracia decadente pensava a guerra como enfrentamento entre povos, conflito entre campos antagônicos, cada um sendo exterior ao outro, o projeto da sociedade burguesa —que revela ser o “instrumento fundamental do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlato”²—, se traduz, por sua vez, na criação de um poder de controle disciplinar que reflete outra concepção do conflito, como interno à sociedade. A guerra, para a burguesia do século XIX, é sempre civil. O inimigo não está fora mas dentro. O índio, o mendigo, o louco, o bandido, o degenerado, o judeu; enfim, o portador de uma característica identificável que permita imaginá-lo como uma ameaça para a ordem social vigente. Este *alien* porá em funcionamento um mecanismo prático de formas de controle e isolamento para impedir esta diferença —tida como insidiosa e perigosa— de contagiar a raça ou a classe dominante.

No Estado medieval e no renascentista, segundo esta análise, o poder era exercido sobre a terra e seus produtos antes que sobre os corpos e seus gestos. A segregação (de *segregare*, separar algumas ovelhas do rebanho), aplicada aos semelhantes, é uma invenção das sociedades modernas. Falo do totalitarismo, inaugurado pela política nacional-socialista alemã na década de trinta. O totalitarismo deve ser

² Idem., p. 99

pensado como uma subversão da democracia. Enquanto fenômeno é posterior a ela, não anterior. A idéia de discriminação, inerente ao discurso totalitário, decorre do postulado de uma sociedade que seja *una*. Como não existe uma classe completa sem que haja um elemento exterior a ela para definí-la como tal, os candidatos a esta função são escolhidos a dedo, conforme o imaginário imperante na sociedade em cada época.

A escravatura é outra coisa. É o efeito colateral das empreitadas coloniais seduzidas pela procura do Paraíso terrenal e suas riquezas. Em relação à Conquista de América e seu saldo genocida, a postura da igreja foi bastante peculiar. Como as autoridades eclesiásticas ordenavam o mundo em virtude da aptidão que imaginavam nos seguidores de outras religiões para sua conversão ao cristianismo, a posição frente ao “selvagem americano” —visto como apto à evangelização— foi menos omissa que frente ao negro africano, mais próximo da animalidade, povo sem alma considerado incapaz de entender a verdadeira fé.

Não se pode afirmar que o racismo decorra da escravidão, nem vice-versa. Na minha opinião, os militantes da “consciência negra” juntam racismo e escravagismo ao acreditarem na literalidade de sua demanda contra o Estado. O resultado é terem se obrigado a ocupar o

lugar do Escravo, discursivamente. E ninguém pode, por estrutura, tomar a palavra desde aí.

O racismo, por sua vez, não se resume nem à simples xenofobia, nem ao anti-semitismo, aos quais vem freqüentemente associado. A xenofobia é bem mais antiga que o racismo. Atenas já acusava Esparta de ser xenófoba, porque nela não era permitido ao estrangeiro (*xenos*) dormir intramuros. Já o anti-semitismo precede e muito ao racismo, sendo contemporâneo do desenvolvimento da cultura judaico-cristã.³

A escravatura colonial nada tem a ver com a da Grécia clássica. Nesta, tanto os bárbaros, como as mulheres e os escravos estavam excluídos da vida da cidade, reservada aos cidadãos. Não obstante, só a exclusão dos escravos era estrutural, as outras duas eram políticas conjunturais. Dito de outro modo, nada teria mudado na ordem da *pólis* se as mulheres e os estrangeiros tivessem tido acesso ao ócio e ao negócio. Sem os escravos, entretanto, os cidadãos livres e iguais da democracia grega não teriam podido ser nem livres nem iguais. Os escravos eram parte integrante da ordem democrática grega, que nem sonhava em ser universal como a nossa. Platão não diz outra coisa quando na sua dialética faz depender a essência do senhor da do escravo. Não há um sem o outro.

³ KOLTAI Caterina, num texto inédito, comentando Poliakov.

Percebe-se a diferença com o escravagismo moderno, que em nada garantia a liberdade civil dos escravocratas. Os cidadãos eram livres, tivessem ou não escravos. O fim da escravidão foi menos um progresso ético que uma questão de mercado. Com o declínio do mercantilismo e o advento do capitalismo pelo maquinismo, o uso deste tipo de mão de obra foi se tornando obsoleto.

*

Em todo caso, não é ao escravo dos quilombos que Lacan se refere para ilustrar uma das posições do saber no discurso, mas ao Escravo suporte da sociedade grega clássica, que não tem a menor relação com o tráfico de navios negreiros. A única semelhança entre ambos é o nome.

Dentre as diversas anedotas que se contam⁴ sobre Diógenes de Sínope, o Cínico, uma delas nos interessa particularmente. Durante uma viagem a Egina, reza a crônica, o filósofo foi capturado por piratas e vendido como escravo. Quando no mercado de Creta em que estava exposto o leiloeiro lhe perguntou em que era proficiente, respondeu: “Em governar homens”. Imediatamente, segue o relato, assinalou para

⁴ LAERTIUS Diogenes, *Lives of Eminent Philosophers*, vol II, Mass.: Harvard University Press, 1995.

um Corinto que vestia uma fina túnica púrpura bordada de ouro, um homem chamado Xeníades, e disse, “Vendei-me a este homem; precisa de um amo.” Este Xeníades não apenas o comprou como o levou a Corinto e lhe confiou a educação de seus próprios filhos e a governança de sua casa. E parece que foi tão bem administrada que o Senhor se referia a seu escravo em termos da maior deferência, dizendo, por exemplo, “um bom gênio entrou em minha casa”⁵. Eis uma bem humorada ilustração do discurso do Mestre, este filósofo escravo que se revela Senhor dos Senhores. Para quem duvidar, conta ainda Diógenes Laércio⁶ —o compilador destas crônicas—, que o filósofo determinou morrer aos noventa anos... e o fez, segurando a respiração!

Não é esse, contudo, o escravo grego com quem estamos mais familiarizados, mas o de propriedade de Menon, graças a quem Sócrates demonstra ou acredita demonstrar sua teoria da reminiscência. Lendo Platão, não é difícil perceber que sem as perguntas de Sócrates, o escravo jamais sacaria sozinho que devia servir-se da diagonal do quadrado para duplicá-lo. Antes que a reminiscência, o que fica demonstrado é a maiêutica como submissão aos significantes do Mestre. Do escravo, pode-se dizer que não toma verdadeiramente a palavra em momento algum neste Diálogo,

⁵ DL 6-74

⁶ DL 6-76

limitando-se a endossar a conclusão contida nas perguntas que lhe são dirigidas⁷. Ele passa anônimo pelo Diálogo que leva o nome de seu Senhor. A única vez que o filósofo-mestre⁸ se dirige a ele é para saber se fala bem o grego, isto é, se está já bem alienado no discurso dos amos.

Seria tentador, enfim, adotar a fantasia rioplatense que faz do quilombo uma figura do gozo. Com certeza é menos árida que a de Hegel, na qual Lacan se baseia para introduzir a *juissance* nas categorias de análise do discurso. Mas o gozo do quilombo somos nós que o imaginamos (eu, pessoalmente, tenho lá minhas dúvidas que o mocambo de escravos coloniais fosse um lugar tão invejável assim), enquanto que o lugar do gozo na dialética do Senhor e do Escravo se deduz de uma análise lógica. O Senhor sai da luta à morte com a voz ativa por ter renunciado a fruir da vida, em nome do puro prestígio. Ao submeter-se-lhe, seu adversário especular torna-se o Escravo, renunciando à palavra. Permanecendo o gozo da vida de seu lado, silencioso. As personagens de Hegel são paradigmáticas e sua cena tão histórica quanto pode ser, por exemplo, a da horda primitiva com o

⁷ Que o saber seja escravo no discurso do Mestre, como afirma Lacan, não muda nada no atinente à ignorância; porque se trata aqui de um saber que não se sabe a si mesmo. Definição que cabe, aliás, tanto para a reminiscência platônica quanto para o inconsciente freudiano.

⁸ Antes nos referimos a Diógenes, o Filósofo-escravo; agora falamos de Sócrates (Platão?), o Filósofo-mestre.

pai primevo, que também foi usada para situar as relações entre a palavra e o gozo.

Para concluir, não saberia dizer se este quilombo ao qual fomos convocados é o habitat mais adequado para o psicanalista, tantas vezes comparado à prostituta. Tampouco se trata de recusá-lo mediante uma apologia da liberdade, porém uma coisa é certeza: não poderia fazer dele sua casa, porque o lugar escravo do discurso é mudo, ou, melhor, é o lugar do mudo. Todos começamos nele, quando eramos mudos (*infans*, donde deriva a palavra “infantil”, quer dizer, precisamente, “o que não fala”), mas até os psicanalistas deixam de ser infantis um dia. Houve um tempo em que bancar o morto era muito bem visto entre os lacanianos —Lacan promoveu esta posição numa época em que talvez os analistas falassem demais; não obstante, uma vez dada sua devida importância ao silêncio do analista, seria mister lembrar que de vez em quando ele é chamado a tomar a palavra, se não no consultório, pelo menos nos congressos.

Trabalho apresentado na Reunião
Lacanoamericana de Psicanálise da Bahia. Salvador,. Agosto. de 1997

